

NEM LETALIDADE NEM VIOLÊNCIA POLICIAL: UMA BREVE REVISÃO SOBRE O SUICÍDIO POLICIAL

NO LETHALITY AND POLICE VIOLENCE: A BRIEF REVIEW ON POLICE SUICIDE

BORBA, Thays Cristina Araújo¹

COSTA, Leon Denis da²

RESUMO

O presente trabalho contemplou a abordagem crítica do suicídio policial, levando-se em conta os aspectos técnicos e polêmicos do tema hodiernamente. O método de pesquisa foi bibliográfico, partindo-se de uma revisão literária sobre o tema e discussão e resultados com as constatações e contrapontos mais importantes dos autores citados. Em síntese, ficou esclarecido que o suicídio policial tem relação com o rigor disciplinar da instituição, pois o policial é cobrado constantemente pelos seus superiores hierárquicos que, associado com a percepção do policial em relação à sociedade de que é desvalorizado quanto ao trabalho prestado, tem ideiação suicida ou mesmo, somado com outros fatores e circunstâncias, chega a cometer o ato suicida. Ficou esclarecido também, que ainda existe um preconceito, um machismo muito grande dentro da corporação quando se fala de suicídio envolvendo policiais militares, e por conta disso essa problemática acaba passando despercebido dentro da instituição. É nítido que a corporação não possui e não se interessa em desenvolver uma política voltada para o tratamento e acompanhamento de policiais com ideais suicidas.

Palavras-chave: Policial. Ideação suicida. Suicídio.

ABSTRACT

The present work contemplated the critical approach of police suicide, taking into account the technical and controversial aspects of the subject nowadays. The research method was a bibliographical one, starting from a literary revision on the subject and discussion and results with the most important findings and counterpoints of the mentioned authors. In summary, it was clarified that police suicide is related to the disciplinary rigor of the institution, since the police are constantly charged by their hierarchical superiors, which, combined with the perception of the police in relation to the society from which it is devalued in the work done, has suicidal ideation or even, added to other factors and circumstances, even commits the suicidal act. It was also clear that there is still a prejudice, a very big machismo within the corporation when it comes to suicide involving military police, and because of this, this problem ends up going unnoticed inside the institution. It is clear that the corporation does not have and is not interested in developing a policy focused on the treatment and monitoring of police officers with suicidal ideals.

Keywords: Police. Suicidal ideation. Suicide.

¹ Aluna do Curso de Formação de Praças, Pelotão Quebec, do Comando da Academia da Polícia Militar do Estado de Goiás, email: thays_cristina.asocial@hotmail.com;

² Orientador, Professor Titular da Especialização Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar (CAPM), oficial da Polícia Militar de Goiás, Graduado em Letras, Especialista em Gerenciamento de Segurança Pública e Mestre em Sociologia; Email:leondenisdacosta@hotmail.com; junho de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a ocorrência de suicídio praticado por policiais, com enfoque em uma abordagem que correlaciona a atividade desses agentes de segurança pública com eventuais distúrbios psicossomáticos decorrentes dela (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016).

Não se ignora que o suicídio atinge as mais variadas classes sociais, faixas etárias e profissionais de outras áreas, constituindo-se em um problema amplo. Apesar disso, quando se fala dessa prática entre policiais, uma particularidade destaca a dimensão e importância do tema, já que são os principais servidores responsáveis pela segurança pública, um patrimônio da cidadania (MINAYO et. al., 2008).

Sabe-se que quanto à segurança pública no Brasil, que é responsabilidade de todos e dever do Estado, tem como principais agentes de frente os policiais, competindo à polícia militar a especificidade de serem as forças ostensivas nessa missão (PAULINHO; LOURINHO, 2014).

Nesse plano de observação, evidencia-se que a atividade policial exige muito de seus agentes, deslocando-os para ambientes e contextos muitas das vezes hostis, com risco da própria vida, constituindo-se em fatores que refletem no aspecto psicológico do policial (MINAYO et. al., 2008).

Nesse contexto, atos suicidas se tornam possibilidades hipotéticas e outras vezes concretizadas, muitas das vezes prenunciado pela ideação suicida – representação mental de como se matar – até à consumação sem que se tenha tomado medidas de proteção e prevenção em favor desse agente (MIRANDA et. al., 2016).

A partir disso, questiona-se até que ponto a atividade profissional do policial interfere na sua saúde psicológica. Existiria, nesse caso, alguma relação direta ou indireta do suicídio cometidos por policiais com a sua profissão? Em caso afirmativo, que medidas podem ser tomadas para que essas consequências sejam diminuídas?

Observa-se a relevância desta obra sob os seguintes pontos. Inicialmente interessa aos agentes da segurança pública, porque trata de sua saúde psicológica, que influencia não só na vida pessoal, mas profissionalmente também.

De outro lado, a sociedade também tem a ganhar com policiais saudáveis do ponto de vista mental para o exercício de suas funções. Assim, toda a discussão aqui proposta visa contribuir para não só expor o problema, mas apresentar sugestões de enfrentamento do suicídio policial.

A pesquisa se baseia em material bibliográfico selecionado com essa finalidade. Primeiro foi recortado de maneira geral o tema do suicídio, tendo como um dos principais expositores o sociólogo Émile Durkheim e sua obra “O Suicídio”.

Em um segundo momento, procedeu-se a um recorte mais específico do tema, abordando diretamente a saúde mental do policial. A base bibliográfica principal foi extraída de especialistas do ramo da psicologia com foco em psicologia aplicada aos agentes de segurança pública, sendo eles Dayse Miranda, Tatiana Guimarães e Katya Luciane de Oliveira e Luana Minharo dos Santos, sendo que suas obras constam das referências.

Espera-se contribuir para o crescimento e discussão do tema entre os policiais militares de Goiás, já que a saúde mental desses agentes pode ser a barreira entre um bom ou mal serviço prestado (HPM, 2017).

2 REVISÃO DA LITERATURA

Etimologicamente o termo suicídio tem origem na raiz latina “*sui*= próprio” somado com “*cidium*= matar”, que quer dizer, causar a própria morte, também conhecido como autocídio³.

Segundo estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS) é alarmante o número de pessoas que atentam contra a própria vida, chegando à soma de aproximadamente um milhão de pessoas. Nesse aspecto, alerta-se que é um grande problema de saúde pública e que, se adequadamente enfrentado, tem grandes chances de êxito preventivo (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Quando se fala do Brasil, levantamentos do Ministério da Saúde apontaram que “nas últimas três décadas, 205.990 pessoas morreram por suicídio” (MIRANDA, 2016, p. 17). Bem se vê, é um número bem expressivo. De fato, trata-se de um problema de alta gravidade social.

Ainda é preciso salientar, quanto ao Brasil, que numa análise mais estrita da legislação penal “sugere que o suicídio (e tentativas) não são punidos, mas há consequências, como, por exemplo, o não pagamento de seguros” (SOARES et. al., 2012, p. 4).

O sociológico Emile Durkheim no final do século XIX escreveu sobre o suicídio e considerou que este tem multivariadas razões, sendo difícil de determinar exatamente as

³ WIKIPÉDIA. Suicídio. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Suic%C3%ADdio>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

particularidades de cada indivíduo para se autodestruir (DURKHEIM, 2000).

No entanto, existem linhas mestras que podem ser identificadoras de um modo de agir, servindo, a partir disso, para apontar quais são as principais causas do suicídio em determinado grupo de pessoas. Nesse aspecto escreveu Miranda (2016, p. 18) que “apesar de o suicídio ser um fenômeno relativamente estável, as taxas variam segundo sexo, idade, contexto social/geográfico, estado civil, idade, religião e profissões”.

De maneira que, desde os estudos feitos por Emile Durkheim em 1897, muito já se avançou nas teorias que procuram explicar e prever métodos eficazes de contenção do suicídio. Ademais, outras disciplinas passaram a enfrentar o tema, como a psicologia, psiquiatria, dentre outras (MINAYO et. al., 2008).

Para se ter uma ideia das variáveis que influenciam na prática do suicídio, apresentou-se nos estudos de Durkheim (2000) três espécies, o anômico, altruísta e egoísta.

Quanto ao anômico, trata-se daquele em que o contexto social tem forte e marcada influência na decisão do indivíduo. Durkheim percebeu em seu tempo que as crises sociais que provocaram uma onda de desempregos e inchaço das cidades decorrentes da Revolução Industrial, interferiram nas classes sociais que se viam desamparadas naquele contexto (MIRANDA, 2016).

Durkheim também abordou que uma das causas do suicídio pode ser o isolamento do indivíduo da sociedade, no entanto, alertou, segundo sua perspectiva, que quando se integra demasiadamente aos seus valores, ao vê-los ameaçados, desrespeitados ou desmoralizados pode, em prol de ideais além de si mesmo, cometer suicídio. A este, chamou o referido sociólogo de suicídio altruísta (NUNES, 1998).

Quanto ao suicídio egoísta explicou Durkheim que o indivíduo em algum grau subsiste na sociedade debaixo de alguns valores que lhe dão sustentação. Quando esses valores são rompidos, o indivíduo pode vir a cometer suicídio por não encontrar mais sentido na sua existência (DURKHEIM, 2000).

Questão curiosa nesse ramo é que, nem sempre os métodos preventivos são aplicados com eficácia e, isso se deve a alguns fatores. Entre eles, a falta de periodicidade em avaliações sobre determinados grupos de pessoas que, por razões de ambientação ou exposição a determinados fatores, com ramo de atividade, por exemplo, estão mais sujeitas a distúrbios de ordem psicológica (MINAYO et. al., 2008).

Uma importante observação é que a compreensão desse controvertido assunto passa por uma gama de colaborações. Para o Conselho Federal de Psicologia (2013, p. 28):

O comportamento suicida pode ser prevenido e, para isso, um bom planejamento e a criação de programas envolvendo diversos profissionais qualificados para tal fim são necessários. A comunidade, evidentemente, deve ser trabalhada conjuntamente. Não só podemos trabalhar com os profissionais que estão no posto de saúde, mas também com os voluntários que desenvolvem algum tipo de trabalho nos bairros, com igrejas, organizações não governamentais (ONGs). A prevenção do comportamento suicida é um grande desafio não só para a Psicologia, mas para toda a sociedade, por ser um desafio social, econômico e político.

Com base nisso, busca-se mecanismos para evitar esse grave problema social através de métodos que podem funcionar de forma satisfatória e consistente, no entanto, a reunião de informações sobre a pessoa tratada é aspecto de grande relevância na busca da prevenção (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016).

Esses aspectos do suicídio mencionados até aqui pautam a questão de maneira genérica. A partir de agora, menciona-se de passagem, para compor o referencial literário, o suicídio dentro da classe policial, e, preliminarmente uma informação foi constatada por estudos sérios que levou em conta alguns fatores que influenciam a cadeia de sucessões que podem levar um policial militar a se suicidar, ou seja, “possíveis fatores estão interligados e englobam quatro dimensões: (1) organizacional; (2) situacional; (3) social e (4) individual” (MIRANDA, et. al., 2016, p. 168).

Nesse ponto, ancorado no que já foi salientado genericamente, a atividade policial está entre as que têm uma taxa mais significativa de ocorrência de suicídios se comparado com outros grupos medidos segundo a categoria profissão. Miranda e Guimarães (2016, p. 1) expuseram que: “policiais, entre profissões diversas, são apontados pela literatura como um grupo de alto risco de morte por suicídio”.

A apuração dessa ocorrência entre policiais tem se mostrado um complicador para os especialistas da área. Tal aspecto reflete, inclusive, na própria estatística do problema. O levantamento de dados por vezes se mostra conflituoso, evidenciando com isso as grandes divergências dos pesquisadores. Comenta-se que:

As disparidades entre as estatísticas de suicídio policial devem-se, com frequência, a problemas metodológicos. Um deles é o difícil acesso ou a inexistência de informações. Normalmente, esses dados não são coletados pelas organizações policiais, e, quando o são, não são trabalhados de forma sistemática (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016, p. 3).

Uma questão que deve ser enfrentada inicialmente, portanto, é justamente a catalogação de dados e categoriza-los sistematicamente para que o aspecto preventivo possa

ser mais bem trabalhado, pois, pelo visto, em termos de informações precisas, ainda se vislumbra precariedades que necessitam ser superadas (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016).

Preliminarmente é preciso reforçar que a atividade policial tem peculiaridades que demandam reflexão e, até certo ponto, explicitam as dificuldades que os profissionais desse ramo enfrentam do ponto de vista psicológico. É de conhecimento que o policial não está alerta somente nos momentos em que está de plantão, mas em todo tempo sente a necessidade de se manter atento, inclusive para a proteção da própria vida (PAULINHO; LOURINHO, 2010).

Por essa simples exposição é possível depreender com facilidade que o policial enquanto profissional não se desliga completamente dos riscos inerentes do serviço, vivendo sob a pressão de ser policial quando atua diretamente e mesmo quando está de folga (MIRANDA, 2016).

Em outra observação necessária coloca-se de primordial observância a demanda social em torno do próprio policial que lida diretamente com dois pontos, um referente à relação do policial com a sociedade e outro do policial com os agentes criminosos (MINAYO et. al., 2008).

O primeiro deles são as exigências da sociedade que o policial tem a incumbência de assistir no plano da segurança pública. Esta exige um comportamento cordial, ameno e solícito por parte do profissional, não considerando que o policial não tem condições, preliminarmente, de distinguir se as pessoas com que lida é ou não criminoso. A respeito disso:

[...] a imagem calcada de forma generalizada na instituição, muitas vezes, impede que haja reconhecimento, por parte da população, do trabalho do indivíduo, que é obrigado por sua profissão a conviver diariamente com o perigo e com a possibilidade de morte (SILVA, 2009, p. 39-40).

Quando estão presentes esses fatores a atividade policial é dificultada por dois lados, já que está sob constante vigilância por parte da sociedade que duplamente cobra desse servidor público uma postura que não seja agressiva e ainda exige proteção que nem sempre pode ser concedida sem o uso da força.

Sob um segundo aspecto, tem-se a presença de um fator determinante para o estresse policial. Trata-se do enfrentamento ao próprio crime. Nessa dimensão de atuação coloca-se diante desse profissional a seguinte plataforma:

O policial lida com riscos reais e imaginários na profissão. Assim, o sofrimento e o estresse apresentam agravamentos e mesmo quando imaginários, podem desencadear respostas de alerta e até mesmo levá-lo à morte (OLIVEIRA; SANTOS, 2010, p. 229).

Na literatura especializada sobre o tema acredita-se que a própria posição do policial enquanto profissional já desencadeia, desde a academia, a necessidade dele adotar um comportamento diferenciado tanto em relação a si mesmo quanto em relação à sua convivência social (MIRANDA; GUIMARÃES, 2016).

Esse estado de alerta constante desencadeia uma série de processos psiquiátricos que, a depender do indivíduo e das experiências emocionais ao longo de sua vida, sérios distúrbios psicossomáticos podem vir a reboque (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

No âmbito operacional da polícia, costuma-se evidenciar a relação da profissão com a violência de forma mais aguda, tanto é assim que “quando consultados sobre o exercício de sua profissão, os policiais operacionais reportam-se imediatamente a episódios de confronto e violência” (MINAYO et. al., 2008, p. 186), sendo isso reconhecido por vários gestores operacionais que colocam como os principais enfrentadores desse problema os cabos e soldados, praças por excelência.

De maneira que, por todo o exposto, o suicídio policial tem estreita relação com as demandas naturais da própria profissão, carecendo de cuidados preventivos e de protocolos que devem ser estritamente seguidos para cuidar da saúde mental do policial (SILVA, 2009).

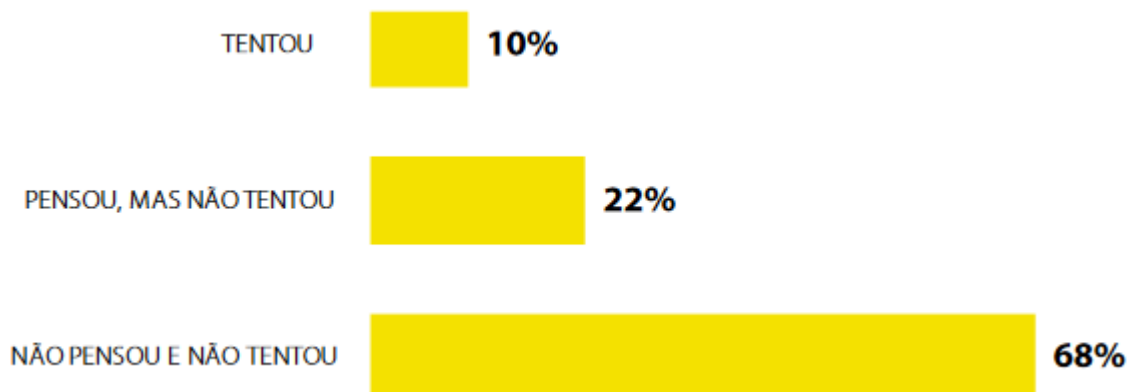
3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na perspectiva de alguns autores estudados, especialmente Minayo et. al. (2008) e Miranda et. al. (2016), nota-se que a ocorrência do suicídio entre agentes de segurança pública tem ganhado cada vez mais evidência por parte de especialistas da área da psicologia e da psiquiatria por conta da insistente ocorrência desse fenômeno.

Nota-se que, se é certo que existem outros motivos que impulsionam a ideiação suicida ou mesmo a sua concretização, as razões fundadas por motivos da profissão, especialmente o estresse, os medos e as frustrações dela decorrentes, são fatores primordiais em pessoas que estão envolvidas diretamente na atuação policial. Quanto ao percentual de quem pensou e tentou suicídio, para que se tenha uma dimensão da discussão envolvida, pode-se ter uma ideia ao constar os dados apresentados pelo gráfico abaixo que coloca mais

de 30% dos policiais entre aqueles que tentaram ou pensaram em suicídio.

Gráfico 1. Distribuição de entrevistados por categorias de análise



Fonte: (MIRANDA, 2016, p. 41).

De fato, é um número considerável e preocupante, se for colocado que 3, dentre 10 policiais estão relacionados com alguma ideação ou tentativa de suicídio.

É importante ressaltar, que apesar de se ter constatado que mundialmente ao suicídio sempre foi uma prática relativamente comum, quando se coloca o problema sob o ângulo de classificações, como o suicídio por categorias de pessoas, considerando sua idade, conjuntura social, sexo e profissão, é possível perceber que em determinados grupos a ocorrência do suicídio tem uma configuração mais ou menos previsível (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Quando se considera ainda a ideação suicida, que são os pensamentos de se matar por alguma razão específica, Miranda (et. al., 2016, p. 156) constatou que se “estima que a ideação suicida é seis vezes mais frequente na população do que as tentativas de suicídio”, sendo que nos estudos encampados ficou comprovado que entre os agentes de segurança pública é muito comum, em um número relativamente alto, se comparado com outros ramos profissionais.

Nesse aspecto, o referencial teórico relacionou que a ideação suicida pesquisada por especialistas que despertaram esse interesse em relação em policiais, os exames psicotécnicos realizados demonstraram um número assustador.

A partir disso, os especialistas salientam que um dos primeiros aspectos no sentido preventivo pode ser obtido por meio de constatações de ideação suicida através de técnicas e exames psicotécnicos. De posse dessas informações é possível redirecionar o examinado para tratamento que não só venha a ser eficaz no afastamento da ideação como

também evitar eventual prática suicida.

Mesmo assim, constatou-se que pouco esforço tem sido empreendido para cuidar da saúde ocupacional do policial militar, já que a própria pressão institucional e de atuação é inerente ao cargo, o que leva o comando bem como a gestão da segurança pública em geral não a não adotar procedimentos que sejam eficazes no combate ao suicídio (MINAYO, 2008).

Baseado nas conclusões de Miranda et. al. (2016), percebe-se que o comportamento suicida entre agentes de segurança pública está relacionado com alguns fatores de importante conhecimento, mas, conforme já sustentado, não tem sido levado em conta quando se trata de saúde ocupacional dos policiais militares e demais agentes de segurança pública.

O primeiro deles ocorre em sede organizacional, que é a percepção que o policial tem de si em relação à sociedade, geralmente associando que não é valorizado nem por aquela nem pela própria instituição, especialmente quando isso se associa com dificuldades para ascender hierarquicamente dentro da corporação por alguma razão que, no seu entender, não coaduna com o seu esforço para tanto.

De outro lado, quando há a valorização do policial militar, de certo modo fica blindado contra ideias suicidas, já que o ambiente de trabalho pode passar de um lugar hostil e propício para essa conjuntura, para um lugar aonde o policial militar venha a sentir prazer de fazer parte, contribuindo não só para si como para a sociedade.

O outro nível de suicídio observado por Miranda et. al. (2016) e de certo modo também constatado pelos outros autores, coloca-o também relacionado com a situação de atuação do sujeito agente de segurança pública, qual seja, quanto mais exposto aos perigos da profissão, mais propenso será ao suicídio.

Nesse sentido, o suporte material dado ao policial militar para atuar na sua profissão, tais como viaturas condignas, coletes, armas adequadas, bem como retaguarda jurídica diante de eventual ocorrência, são fundamentais para que esses perigos diretos e indiretos sejam minimizados e reflitam em menor escala na saúde psicológica do policial.

Pela ótica social observou-se que o policial militar, por conta de internalização de um modo de vida mais comedido, pacato, não permite que ele interaja com mais facilidade com outros atores sociais, o que acaba provocando maior possibilidade de pensar em suicídio e até mesmo cometê-lo.

Nesse sentido, às vezes, até mesmo o próprio curso de formação implanta uma cultura de afastamento do policial da rotina social, por associá-lo a alguém que, diversamente dos seus pares na sociedade, não pode com ela se misturar, o que gera consequências

psicológicas por conta do isolamento, comprovadamente maléfico do ponto de vista da saúde mental.

Por fim, o suicídio policial tem também relação com a esfera individual do sujeito. Nesse ponto, observou-se nos estudos acima expostos que não é incomum entre policiais o sentimento de medo, insegurança pessoal, sensação de frustração com a profissão, falta de disposição para fazer o seu trabalho, dentre outros pontos relacionados com a saúde psiquiátrica do policial militar, é um forte influenciador da ideação suicida bem como da própria concretude desse ato.

Programas de incentivo do policial, que venham a fortalece-lo mentalmente tanto para a vida quanto para a profissão, onde se somam problemas pessoais inerentes a todos, mas que, quando se fala do policial esses riscos potencializam-se, são fundamentais para combater a ideação e o suicídio nesse nível individual.

Ao final, o que se constatou é que alguns fatores ainda permanecem os mesmos, apesar das demonstrações referidas acima, ainda paira sobre as instituições policiais militares verdadeiro desconhecimento sobre o problema do suicídio policial, daí que, nesse aspecto, é quase que inexistentes programas de prevenção que evitem tanto a ideação quanto o próprio ato de suicídio que tem acometido cada vez mais esses agentes de segurança pública.

Não se tem dado ênfase suficiente para que o adoecimento mental dos policiais militares seja evitado ou minimizado. Falar do assunto entre a cúpula da polícia militar ainda é um tabu que não foi superado, sendo um setor que carece de investimento estrutural e humano, já que, pode-se afirmar com base nos autores estudados, cada vez mais, diante das complexidades sociais e profissionais, os policiais tem adoecido mentalmente (MIRANDA et. al., 2016).

4 CONCLUSÃO

O presente estudo abordou o suicídio policial com base em bibliografias selecionadas sobre o tema e algumas constatações foram feitas, sendo que fica diretamente estampada a necessidade de se investir de maneira consistente em prevenção.

O suicídio policial é uma redoma que muita das vezes fica circunscrita somente à vítima e sua família, sendo pouco considerada pelas instituições a que pertencia a pessoa que cometeu ou tentou o suicídio. Isso tem se tornado uma grande questão a ser enfrentada hodiernamente, já que os estudos comprovam que a própria instituição pode ser um dos fortes

fatores de influência para o cometimento desse ato.

Quando se observa que os grupos que mais sofrem com o estresse inerente da profissão é do setor de segurança pública e, diametralmente oposto a isso não se observa investimentos para que se evite o adoecimento mental dos policiais militares, fica exposta uma dura e triste realidade que deve o quanto antes ser enfrentada para ser solucionada.

É fundamental observar esse triste horizonte que tem acometido com frequência policiais militares, seja com a ideação suicida ou com a prática dele, e se dispor a criar mecanismos, técnicas, enfim, realizar investimentos em material humano e estrutura para que a saúde ocupacional e mental dos policiais militares conte com um suporte apto a minimizar substancialmente esse problema.

Nesse particular, deve ficar o alerta para que as instituições militares em geral comecem a buscar informações de especialistas, e implantar programas de prevenção ao suicídio baseados nas experimentações científicas já realizadas por psicólogos e psiquiatras da área.

REFERÊNCIAS

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **O suicídio e os desafios para a psicologia**. Brasília: CFP, 2013.

DURKHEIM, Emile. **O suicídio**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença, 2000.

HOSPITAL DO POLICIAL MILITAR (HPM). **“Janeiro Branco” prioriza saúde mental na PMGO**. 31 jan. 2017. Disponível em: <<http://hpm.org.br/noticias-antiores/janeiro-branco-prioriza-saude-mental-na-pmgo.html>>. Acesso em: 26 fev. 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et. al. **Missão prevenir e proteger**: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MIRANDA, Dayse. **Diagnóstico e prevenção do comportamento suicida na polícia militar do Estado do Rio de Janeiro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2016.

_____. O comportamento suicida entre profissionais de segurança pública e prevenção no Brasil. In: PARESCHI, Carolina Cambreses et. al. (Orgs.). **Direitos humanos, grupos vulneráveis e segurança pública**. Brasília: Ministério da Justiça e Cidadania, Secretaria Nacional de Segurança Pública 2016, p. 151-204.

_____; GUIMARÃES, Tatiana. O suicídio policial: o que sabemos? **DILEMAS**: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 9, n. 1, jan./abr. 2016, p. 1-18.

NUNES, Everardo Duarte. O suicídio: reavaliando um clássico da literatura sociológica do século XIX. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan./mar. 1998, p. 7-34.

OLIVEIRA, Katya Luciane de; SANTOS, Luana Minharo dos. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**, Porto Alegre, a. 12, n. 25, set./dez. 2010, p. 224-250.

PAULINHO; Fábio Rodrigues; LOURINHO, Lídia Andrade. O adoecimento psicológico do policial militar do Ceará. **Revista Trabalho e Sociedade**, Fortaleza, v.2, n.2, jul./dez. 2014, p.58-77.

SILVA, Joana Helena Rodrigues da. **Estudo sobre o trabalho policial e suas implicações na saúde mental**. (Dissertação) – Mestrado em Psicologia – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOARES, Gláucio et. al. Gênero e suicídio no Rio de Janeiro. **Revista Cadernos de Segurança Pública**, a. 4, n. 3, maio 2012.

WIKIPÉDIA. **Suicídio**. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/Suic%C3%ADdio>>. Acesso em: 26 fev. 2018.